

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

**Filosofia Política,
Educação, Direito e
Sociedade 7**



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 7

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 7 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 7)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-100-8

DOI 10.22533/at.ed.008190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR E A IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS PALIATIVOS	
Bárbara Alves de Jesus	
Fernanda Duarte Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.0081904021	
CAPÍTULO 2	8
O ESPAÇO RESERVADO AO LÚDICO NA ROTINA DE TRABALHOS EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
Fabiana Aparecida Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.0081904022	
CAPÍTULO 3	16
PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO FÍSICA EM MOVIMENTO: PRÁTICAS INCLUSIVAS NA UFG/RC	
Thais Ferreira dos Santos	
Aline Rosa da Costa	
Thimoteo Pereira Cruz	
Nubia de Fatima Felix Ferreira	
Tacila da Costa Marinho	
Isabella Oliveira Pacheco	
Nayane Alves Pereira	
Laryssa Silva Santana	
DOI 10.22533/at.ed.0081904023	
CAPÍTULO 4	25
FORMAÇÃO CONTINUADA EM ONTOPSICOLOGIA: SIGNIFICADOS E SENTIDOS	
Carmen Ivanete D`Agostini Spanhol	
DOI 10.22533/at.ed.0081904025	
CAPÍTULO 5	37
JUVENTUDE, CULTURA MUDIÁTICA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI	
Luiz Fernando Ribeiro de Paiva	
José Carlos Souza Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.0081904025	
CAPÍTULO 6	44
A PERSISTÊNCIA DOS CAMPONESES NA PROPRIEDADE RURAL: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE RIBEIRÃO EM CATALÃO (GO)	
Matheus Santos Medeiros	
Hugo Henrique Sousa de Lisboa	
João Manoel Borges de Oliveira	
Mariana Melo Mesquita de Siqueira	
Rener Rodrigo Pires	
Talita Neri Caetano de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0081904026	

CAPÍTULO 7	52
O ENSINO EM MATO GROSSO SEGUNDO O OLHAR DO PRESIDENTE DE ESTADO DOM AQUINO CORREA	
Emilene Fontes de Oliveira Thalita Pavani Vargas de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.0081904027	
CAPÍTULO 8	63
REDESCOBRINDO O HUMANO: ANTAGONISMOS COLETIVOS E A BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO	
Gisele da Silva Rezende da Rosa Josiane Custódio de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0081904028	
CAPÍTULO 9	68
TRADUÇÃO E EQUIVALÊNCIA: UMA ANÁLISE CONTRASTIVA ENTRE O DISCURSO ORIGINAL DE DONALD TRUMP E SUA RESPECTIVA TRADUÇÃO	
Maria Laura Golfiere Moura Leila Maria Gumushian Felipini	
DOI 10.22533/at.ed.0081904029	
CAPÍTULO 10	84
REFLEXÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM A PARTIR DE FILMES E DOCUMENTÁRIOS	
Paula Santana Carvalho Adriana Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.00819040210	
CAPÍTULO 11	97
REFLEXÕES SOBRE LITERATURA E CINEMA E BREVE DISCUSSÃO SOBRE A PERSONAGEM FEMININA	
Carla Rosane da Silva Tavares Alves Andréia Mainardi Contri	
DOI 10.22533/at.ed.00819040211	
CAPÍTULO 12	109
SABERES E PRÁTICAS EM PROCESSOS FORMATIVOS DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO POPULAR	
Lucinete Gadelha da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.00819040212	
CAPÍTULO 13	119
REALIZANDO PESQUISAS COM BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS: CENAS DO PROTAGONISMO INFANTIL	
Viviane dos Reis Silva Tacyana Karla Gomes Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.00819040213	

CAPÍTULO 14	128
PRIMEIRAS LIÇÕES DE CULTURA E CIDADANIA NO <i>SEGUNDO LIVRO DE LEITURA PARA A INFÂNCIA</i> : NA ESCOLA E NO LAR, DE THOMAZ GALHARDO	
Valdeci Rezende Borges Elmar Severino Ribeiro Junior	
DOI 10.22533/at.ed.00819040214	
CAPÍTULO 15	144
PESQUISAS COM CRIANÇAS EM CONTEXTOS RURAIS: VISIBILIDADES, APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E REFLEXÕES	
Patrícia Júlia Souza Coêlho	
DOI 10.22533/at.ed.00819040215	
CAPÍTULO 16	154
OS MANUAIS DE CIVILIDADE NO JORNAL, <i>O PUBLICADOR</i> (1862-1886)	
Carolina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.00819040216	
CAPÍTULO 17	164
UM ESTUDO SOBRE A DEMANDA DO CURSO TÉCNICO EM PESCA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, CAMPUS ACARAÚ, NA VISÃO DOS PAIS DOS ALUNOS DA 3ª ETAPA DO ENSINO MÉDIO	
Juliane Vargas	
DOI 10.22533/at.ed.00819040217	
CAPÍTULO 18	177
OS VALORES SOCIAIS E O ENSINO SUPERIOR NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO	
Herika Paiva Pontes Luana de Sousa Oliveira Rafaela Lima Nascimento Maria Helena de Agrela Gonçalves Jardim Geraldo Bezerra da Silva Júnior Mirna Albuquerque Frota	
DOI 10.22533/at.ed.00819040218	
CAPÍTULO 19	184
POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E CAMPESINATO: DA COLÔNIA AGRÍCOLA AO IF GOIANO <i>CAMPUS CERES</i>	
Marco Antônio de Carvalho Claudecir Gonçalves Léia Adriana da Silva Santiago	
DOI 10.22533/at.ed.00819040219	
CAPÍTULO 20	198
POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE – A NORMA GERAL DE AÇÃO (NGA) DO COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE (CMCG) – MS	
Ferdinanda Dias de Oliveira Kloppel	
DOI 10.22533/at.ed.00819040220	

CAPÍTULO 21 210

EMPRESA: OPORTUNIDADE PARA O JOVEM FAZER, SABER E SER -A PEDAGOGIA DA AÇÃO: DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL E PRÁTICO

[Bernardina Teresinha Amantino](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040221

CAPÍTULO 22 214

PERFIL DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL II E A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DOCENTE

[Carla Geovana Fonseca da Silva de Castro](#)

[Luciane Helena Mendes de Miranda](#)

[Vera Maria Nigro de Souza Placco](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040222

CAPÍTULO 23 226

PERFIL DE PRODUTORES AGRÍCOLAS E EDUCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CONSIDERAÇÕES PARA PARTICIPANTES DE FEIRA AGROECOLÓGICA, ASSISTIDOS PELA ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE BASE – CRATO – CE

[Valéria Feitosa Pinheiro](#)

[Guilherme Silva Nascimento](#)

[Christiane Luci Bezerra Alves](#)

[José Alex do Nascimento Bento](#)

[Adriana Correia Lima Franca](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040223

CAPÍTULO 24 238

A CATEGORIA TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL

[Ingridy Lammonikelly da Silva Lima](#)

[Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida](#)

[José Rangel de Paiva Neto](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040224

CAPÍTULO 25 249

A COMISSÃO DE SANEAMENTO E PROFILAXIA RURAL DA PARAÍBA: OS LIMITES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

[Silvera Vieira de Araújo Holanda](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040225

CAPÍTULO 26 261

TERRITÓRIOS MULTIDIMENSIONAIS: INTELIGENCIA CULTURAL E EDUCAÇÃO SOCIAL EM COMUNIDADES FAXINALENSES DO PARANÁ

[Tiago Augusto Barbosa](#)

[Franciele Moreto](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040226

CAPÍTULO 27 270

RESULTADO DO PISA NO PIAUÍ: O QUE MUDA NA GESTÃO EDUCACIONAL?

[Nemone de Sousa Pessoa](#)

[Jovina da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040227

CAPÍTULO 28 284

A CIDADE NOS FAZ PENSAR

Daniela da Rosa Molinari

Marcele Scapin Rogério

DOI 10.22533/at.ed.00819040228

CAPÍTULO 29 295

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL E ESTUDOS DE GÊNERO

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Karla Cristina Vicentini de Araujo

Viviane Oliveira Augusto

Gabriella Rossetti Ferreira

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.00819040229

SOBRE A ORGANIZADORA..... 304

O ENSINO EM MATO GROSSO SEGUNDO O OLHAR DO PRESIDENTE DE ESTADO DOM AQUINO CORREA

Emilene Fontes de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal de Mato Grosso
Cuiabá – Mato Grosso

Thalita Pavani Vargas de Castro

Universidade Federal de Mato Grosso
Cuiabá – Mato Grosso

RESUMO: Esta pesquisa trata sobre o ponto de vista do Presidente de Estado Dom Francisco de Aquino Corrêa acerca da situação do ensino no Estado de Mato Grosso conforme o Relatório encaminhado à Assembléia Legislativa em 1920. O objetivo é mostrar as representações acerca do ensino em Mato Grosso e analisar o discurso de Estado referente às normas estabelecidas na Regulamentação da Instrução Pública de 1910 que previa inovação no que diz respeito à expansão e ao método. Recorremos ao referencial teórico da História Cultural com base no conceito de representações fundamentadas no campo da História da Educação. A metodologia utilizada foi observação e análise do relatório e cotejamento dos dados. As fontes são o Relatório do Presidente de Estado Dom Aquino Corrêa encaminhado à Assembléia em 1920, mensagens, regulamento da Instrução Pública de 1910. A pesquisa aponta que segundo a representação de Dom Aquino a educação pública mato-grossense era um

“Magno Problema”, admitindo os motivos que ocasionaram a frágil situação do ensino. Frente a um cenário de dificuldades o presidente sugere mudanças na regulamentação da instrução pública e por fim faz um relato de como se encontrava o ensino nas diversas modalidades: ensino primário, ensino secundário, Liceu Cuiabano, Escola Normal e ensino profissional, especificando as escolas, matrículas, aproveitamentos, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Público, Mato Grosso, Representações.

ABSTRACT: This research deals with the viewpoint of the President of State Dom Francisco de Aquino Corrêa about the state of education in the State of Mato Grosso according to the Report sent to the Legislative Assembly in 1920. The objective is to show the representations about teaching in Mato Grosso and analyze the State discourse referring to the norms established in the Regulation of the Public Instruction of 1910 that foresaw innovation with regard to expansion and method. We refer to the theoretical framework of Cultural History based on the concept of representations based on the History of Education. The methodology used was observation and analysis of the report and data collation. The sources are the Report of the State President Aquino Corrêa sent to the Assembly in 1920, messages, regulation of the

Public Instruction of 1910. The research indicates that according to the representation of Dom Aquino the public education of Mato Grosso was a “Great Problem” admitting the reasons that caused the fragile situation of the teaching. Faced with a scenario of difficulties, the president suggests changes in the regulation of public education and finally he reports on how the teaching was found in the different modalities: primary education, secondary education, Cuiabano High School, Normal School and vocational education, specifying schools, matriculas, uses, among others.

KEYWORDS: Public Education, Mato Grosso, Representations.

INTRODUÇÃO

Tratar sobre o ensino em Mato Grosso segundo o ponto de vista do Presidente de estado Dom Aquino Correa mostra a nossa preocupação com o simbólico e suas interpretações, como aponta Peter Burke (2008), mesmo que esta abordagem em termos de simbolismo represente apenas uma dentre outras existentes. A voz do referido presidente parte de um imaginário construído pela sua cultura religiosa, do lugar de clérigo e líder católico, por isso talvez, a sua sensibilidade em registrar a precariedade que se encontrava o ensino mato-grossense, e não ocultar a real situação.

Vale ressaltar que o período republicano tinha suas concepções vinculadas aos princípios democráticos, no qual preconizava um regime de participação política associada ao acesso a escolarização mínima, que garantiria a participação nas votações. Por isso, os discursos políticos disseminavam a necessidade da educação para todos. Além de considerarem naquele momento, que para o país se tornar uma grande potência, teria que haver o desenvolvimento numérico e o acesso da população as instituições escolares.

Por isso, de acordo com Alves (1998) nesse período havia a preocupação entre as questões que envolviam o ensino e as eleições, provocando sérios entraves para a educação, que já se encontrava em situação precária pelas circunstâncias vivenciadas pelo Estado. Estes fatos podem ter ocorrido em decorrência da política coronelista e da própria instabilidade política que se alastrava por Mato Grosso, e provocaram a falta de uma política educacional que fosse mais criteriosa.

Com base no relatório apresentado por Dom Francisco de Aquino Corrêa à Assembleia Legislativa no ano de 1920, percebe-se que ao assumir o governo como interventor, o referido tentou amenizar os conflitos políticos que orientavam os rumos da administração pública e da economia mato-grossense naquele período. Esse Presidente foi nomeado por apresentar seu lado religioso, e ao mesmo tempo, pela sua representação de uma pessoa neutra que estaria envolvido na disputa entre os grupos pelo poder.

O cuiabano e poeta Dom Aquino Corrêa foi uma figura emblemática no Estado de Mato Grosso não só pela sua vinculação com a Igreja Católica e sua posição conservadora, mas também pela sua capacidade de oratória, escrita, sensibilidade,

sua forte articulação política e com a cultura.

A década de 1920 foi um período em que o Estado de Mato Grosso ainda tinha a forte presença das oligarquias, que resistiam por mais espaço e poder, considerando que os anos iniciais do período republicano não representou mudanças significativas na composição política no estado. Os embates, os conflitos, representou um exercício a fim de compor um governo republicano através de uma cultura oligárquica. Nesse contexto, observa-se que o ensino sentiu os reflexos dessas disputas.

O documento apresentado por Dom Aquino à Assembleia Legislativa de Mato Grosso em 1920 ressaltava uma situação fragilizada do ensino no Estado. Ele se refere a educação pública como “Magno Problema” admitindo ao elencar as razões que ocasionam a fragilidade da situação do ensino. Diante do cenário marcado por inúmeras dificuldades, o Presidente convida a Assembleia para ajudá-lo a solucionar tais problemas, propondo como uma das possíveis soluções a criação de cargos de fiscais e inspetores escolares bem remunerados e regulamentados.

Além disso, sugere ainda, mudanças na própria regulamentação da Instrução Pública, destacando que o Regulamento estabelecido no ano de 1910, não corresponde e não atende mais as demandas atuais do Estado. Assim, neste documento, Dom Aquino, relata como estava o ensino e especificou as escolas, as matrículas e os aproveitamentos, nas diversas modalidades existentes, tais como: ensino primário, ensino secundário, Liceu Cuiabano, Escola Normal e ensino profissional.

Dessa forma, este trabalho tem como principais objetivos mostrar como o ensino estava sendo organizado, e de que forma o Estado ofereceu subsídios para o cumprimento instituído no Regulamento da Instrução Pública de 1910, uma vez que previa inovações no que tange ao método e a expansão, e ainda, analisar através do próprio relato do Presidente de Estado o seu olhar sobre a organização do ensino no Estado sobre sua gestão em 1920.

As fontes documentais utilizadas foram extraídas do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), e dos acervos do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM) da Universidade Federal de Mato Grosso. As análises foram fundamentadas na perspectiva da História Cultural (BURKE, 2005).

1 | APONTAMENTOS SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO RELATÓRIO DE DOM AQUINO CORRÊA

O ensino no ano de 1920 tinha como referência o Regulamento da Instrução Pública de 1910, por isso recorreremos a este recuo histórico como forma de compreendermos através deste documento e das Mensagens Oficiais deste período como estava sendo organizada a Educação em Mato Grosso, embora o nosso enfoque seja sob o ponto de vista do Presidente do Estado Dom Francisco de Aquino Corrêa, que assumiu este cargo em 1918 e permaneceu até 1922.

A instrução pública de Mato Grosso se organizou dentro dos parâmetros do contexto político, econômico, cultural e social do Estado fundamentados no projeto de modernização do período. Esse projeto envolveu as novas construções que trouxeram melhorias, como a implantação de uma estrada de ferro concluída em 1914, e, no aspecto educacional, a disseminação do ideário de alfabetizar a população estava latente, conforme a Mensagem dirigida pelo 1º Vice – Presidente do Estado de Mato Grosso Coronel Pedro Celestino Correa da Costa – a Assembleia Legislativa, no ano de 1910, que reconhece a “[...] necessidade urgente que há de cuidarmos do futuro da instrução popular, base fundamental de todo o verdadeiro progresso social [...]”.

Com base na concepção dos dirigentes mato-grossenses, a democratização do ensino passou a ser um dos fatores que potencializaria o desenvolvimento do país, como de seus Estados. Dessa forma, a escola ocupou um espaço relevante no âmbito social, visto que esse aspecto seria um dos fatores preponderantes para que Mato Grosso se aproximasse e integrasse aos demais centros urbanos do Brasil, além de considerar a sua produtividade econômica.

Neste sentido, o Regulamento da Instrução Pública de 1910, escrito também pelo Coronel Pedro Celestino Correa da Costa, previa inovações com relação ao documento anterior de 1891, no que diz respeito à expansão escolar e ao método de ensino. Assim, ele estabelece nos primeiros artigos que:

Haverá para esse fim escolas primárias em todas as cidades, vilas, freguesias e povoados do Estado; entendendo-se por povoados qualquer grupo de habitantes que não residem em terras de propriedade particular e onde se apure pelo menos vinte meninos nas condições de freqüentar a escola. [...] A instrução primária é obrigatória para todas as crianças de sete a dez anos de idade. Para isentarem os filhos e tutelados da freqüência da escola deverão os pais e tutores provar (MATO GROSSO, REGULAMENTO, 1910, p. 01).

Pode-se dizer que houve o redimensionamento do ensino em consonância com as mudanças políticas, sociais e culturais. Suas reformas incluíram a inserção de novos recursos que visavam utilizar métodos intuitivos e práticos, considerados mais modernos, buscando trazer facilidades no processo de aprendizagem dos discentes, e ainda, de motivar os mesmos a frequentarem regularmente a escola, pois os métodos anteriores estavam baseados na memorização e no uso de castigos (ALVES, 1998).

Esse redimensionamento pode ser observado na Mensagem de 1911, que aponta que a instrução primária foi moldada pelos métodos seguidos em São Paulo com a contratação dos normalistas Srs. Professores paulistas Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, que dirigiram a criação dos primeiros grupos escolares em Cuiabá, e a criação da Escola Normal. O processo pedagógico foi proferido pela Europa e Estados Unidos, baseadas na educação cívica da infância e da mocidade.

As tentativas de inovação na Instrução Pública não foram suficientes para atingir de forma equânime a todo território do Estado de Mato Grosso, principalmente nas regiões localizadas no interior, uma vez que a maior parte do que era proposto havia sido implantada apenas nos grandes centros do país. Embora não possamos

desconsiderar a importância que teve para a educação.

Segundo o levantamento realizado a partir das Mensagens oficiais entre os anos de 1910 a 1920 observa-se diante deste contexto algumas dificuldades enfrentadas por parte da Instrução Pública, sendo que:

Algumas das nossas escolas não têm funcionado regularmente por falta de pessoas, que tendo algum preparo queiram assumir a sua direção mediante os poucos vencimentos que o Estado lhes oferece, comparadas com a carestia da vida, principalmente em algumas localidades; sendo, portanto, necessário que se faça um aumento razoável no ordenado dos professores primários, conforme vos indicarei na proposta da lei de orçamento (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1913, p. 01).

Em consonância com esses fatos, nota-se na Mensagem do ano de 1915 que o Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques afirma “[...] dando-lhe o desenvolvimento consoante às necessidades da instrução popular e compatível com o nosso meio e com os nossos recursos, ainda; em muitas das nossas cidades e povoações, continuam as nossas escolas sem casas próprias do seu regular funcionamento”.

Apesar dessas iniciativas modernizadoras no ensino terem iniciado no ano de 1910 e serem marcadas por inúmeras dificuldades, elas permanecem na sua organização na década seguinte, conforme o relatório do ano de 1920, que traz informações sobre a Instrução Pública apontada pelo Presidente de Estado Dom Aquino Corrêa.

O documento referido trata sobre o Ensino Primário, Ensino Secundário, Escola Normal, e Ensino Profissional. Acerca do ensino primário, o Presidente de Estado relata sobre a forma como os grupos escolares e as escolas isoladas estavam organizadas no território mato-grossense. Dessa forma, contactou-se:

GRUPO ESCOLAR	QUANTIDADE
Grupo Escolar do 2º distrito	126
Grupo Escolar de Poconé	109
Grupo Escolar de Rosário Oeste	122
Grupo Escolar de São Luís de Cáceres	171
Total	528

Tabela 1: Grupos Escolares de Mato Grosso

Fonte: Relatório de D. Francisco de Aquino Corrêa à Assembleia Legislativa, 1920.

As escolas isoladas foram apresentadas num total de 148, sendo predominante essa modalidade de ensino em Mato Grosso na década em destaque, das quais 31 eram do sexo masculino, 27 do sexo feminino e 90 mistas. Como pode ser observado na Tabela 2 abaixo:

ESCOLAS ISOLADAS	QUANTIDADE
Cuiabá	1.246
Santo Antônio do Rio Abaixo	575
Rosário Oeste	339

Araguaia	260
Corumbá	236
Campo Grande	230
Coxim	208
Livramento	186
Poconé	147
Bela Vista	130
Ponta Porã	128
Santo Antônio do Rio Madeira	120
Aquidauana	111
Porto Murtinho	107
Miranda	92
Nioac	83
Diamantino	149
Sant ana do Paranaíba	80
Três Lagoas	73
Mato Grosso	71
Cáceres	62
Total	4.633

TABELA 2: ESCOLAS ISOLADAS EM MATO GROSSO

Fonte: Relatório de D. Francisco de Aquino Corrêa à Assembleia Legislativa, 1920.

Em relação às escolas municipais, foram registradas no Relatório somente a existência de 11, totalizando 500 alunos de ambos os sexos, sendo estas distribuídas entre os seguintes municípios:

ESCOLAS MUNICIPAIS (LOCALIZAÇÃO)	QUANTIDADE
Cuiabá	01
Corumbá	03
Campo Grande	03
Três Lagoas	01
Vila Bela	02
Ponta Porã	01
TOTAL	11

TABELA 03: ESCOLAS MUNICIPAIS

Organizado pelas autoras

Fonte: Relatório de D. Francisco de Aquino Corrêa à Assembleia Legislativa, 1920.

Já as escolas particulares, estavam totalizadas em 76, e contavam com 3.442 matrículas, de acordo com os dados apontados no relatório estavam distribuídas segundo os seguintes municípios:

MUNICÍPIO	QUANTIDADE	MATRÍCULA
Cuiabá	7	620 alunos
Corumbá	7	839 alunos

Campo Grande	22	719 alunos
Aquidauana	13	425 alunos
São Luís de Cáceres	9	269 alunos
Três Lagoas	5	182 alunos
Porto Murtinho	1	81 alunos
Miranda	2	80 alunos
Bela Vista	2	71 alunos
Araguaia	1	66 alunos
Poconé	4	50 alunos
Coxim	3	40 alunos
Total	76	3.442

TABELA 04: ESCOLAS MUNICIPAIS

Fonte: Relatório de D. Francisco de Aquino Corrêa à Assembleia Legislativa, 1920.

Diante deste contexto, identificamos que houve um total de 9.036 alunos matriculados nas instituições de ensino em Mato Grosso. No entanto, os dados apontam que a população de crianças em idade escolar somava-se um total de 25.000 no território do estado. Apresentando assim, um déficit de 15.964 crianças sem acesso a instrução, ou seja, mais de 63% da população infantil.

Com relação ao ensino secundário, o mesmo foi ministrado no Liceu Cuiabano e na Escola Normal, sendo ambos localizados na capital, no edifício do Palácio da Instrução. Por ser uma edificação de construção recente naquele período, a sua estrutura física era composta por um espaço arejado, e oferecia boas condições higiênicas e pedagógicas, segundo ressalta o Presidente de Estado.

Além da oferta do ensino secundário público, houve também a oferta nos estabelecimentos particulares, em todo o Estado neste período, foram identificadas apenas em quatro municípios, com o total de 6 escolas, como pode ser observado abaixo com base na tabela:

MUNICÍPIO	ESCOLA
Cuiabá	Liceu Salesiano São Gonçalo
	Colégio Mato Grosso
Miranda	Instituto Mirandense
Corumbá	Ginásio Corumbaense
	Colégio “Santa Teresa”
Campo Grande	Instituto Pestalozzi

Tabela 5: Estabelecimentos Particulares de Ensino Secundário

Organizado pelas autoras

Fonte: Relatório de D. Francisco de Aquino Corrêa à Assembleia Legislativa, 1920.

Funcionaram apenas em todo o território mato-grossense três instituições de ensino profissional, sendo elas: Escolas Aprendizes Artífices, Escola Profissional Municipal e Liceu Salesiano “São Gonçalo”. De acordo com o Relatório de 1920

era lamentável a falta de estabelecimentos como estes, por serem considerados importantes como uma das bases mais seguras para a reorganização da sociedade moderna.

Diante dos dados apresentados podemos analisar que o Ensino em Mato Grosso na década de 1920 foi marcado por muitas dificuldades e precariedades para sua efetivação, que permaneceram nas décadas seguintes. Embora a existência das diferentes instituições de ensino estivessem seus esforços conjugados na tentativa de atender a demanda do Estado, ainda havia grande parcela da população infantil sem acesso a instrução.

2 | O ENSINO EM MATO GROSSO SEGUNDO O OLHAR DO PRESIDENTE DE ESTADO DOM AQUINO CORRÊA

O Presidente Dom Aquino Corrêa expressa no seu relatório as suas angústias em relação a realidade que a instrução pública de Mato Grosso vivenciava. Ele fala de seu lugar de líder de Estado e religioso representando o governo e ao mesmo tempo a Igreja Católica, como nos lembra Certeau (1982) a percepção das relações entre o lugar e os procedimentos. Ao tratar sobre a instrução Dom Aquino não ignorou os problemas e as dificuldades existentes que se materializavam no cotidiano das instituições de ensino, tais como: recursos escassos; grande extensão territorial; população dispersa; escassez dos meios de comunicação; falta de profissionais qualificados; salários ínfimos; ausência de concursos públicos municipais, e ausência de fiscalização.

Essas pontuações mostram a representação do ensino no ponto de vista do presidente, observando que seu olhar vai além dos olhares lançados por outros presidentes, assumindo uma postura sensível à situação, sem a preocupação de ocultar os problemas, demonstrando o que diz Chartier (1990) sobre representação, isto é, o modo como em diferentes lugares e tempos a realidade social é construída, pensada e dada a ler.

Tendo em vista a implantação de escolas “[...] até nos sertões e confins do Estado”, Dom Aquino destaca a insuficiência da receita pública e afirma que o poder público auxiliava as iniciativas privadas, desde que fosse confirmada a sua capacidade para atender as necessidades locais. Este crescimento das escolas já estava ocorrendo desde o ano de 1914, conforme pode ser observado no fragmento da Mensagem a seguir:

Realmente, o aumento das escolas primárias com a criação anual de outras nos novos e pequenos povoados onde a sua falta tem se feito sentir, tem acarretado sensível aumento de despesas que a verba votada já não comporta. Assim é que muitas das nossas escolas e institutos de ensino ressentem-se da falta de material escolar bom e completo, sendo que o Estado, no interesse de facilitar a instrução deve ainda suprir, como tem suprido, os alunos pobres que frequentam as suas escolas do indispensável material didático (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1914, p. 01).

Visto que com exceção à Capital, a organização escolar das demais regiões estavam longe de ter todo o aparelhamento adequado e infraestrutura necessária para o seu funcionamento, muitas vezes essas escolas funcionavam em casa cedida pelo próprio professor ou alugada pelo Estado.

Quando o Presidente do Estado se refere a grande extensão territorial, significa que naquele período o Estado de Mato Grosso era formado pelo Mato Grosso Uno, que corresponde a extensão territorial dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. E este fator contribuiu para que a sua população passasse a se agrupar em localidades dispersas uma das outras, dificultando ao Estado atender a toda demanda que surgia para a criação de instituições de ensino nessas regiões.

Nesse período os meios de comunicação eram escassos, a informação ao ser transmitida em longas distâncias demorava para chegar ao seu destino final, o que se tornava mais um empecilho para atender algumas solicitações por parte dos docentes e das famílias que se organizavam através de abaixo assinado pela instalação de uma escola em determinada localidade.

Outra preocupação de Dom Aquino era a falta de profissionais qualificados, pois grande parte dos docentes eram leigos, não tinham formação adequada. Além disso, o apoio das Diretorias Gerais era quase nulo, não se investiam em cursos para os mesmos. Os salários eram ínfimos, fator este que desmotivava os profissionais a trabalharem em precárias condições. Esse problema já vinha sendo informado aos governantes desde o ano de 1913, como podemos identificar na Mensagem abaixo:

Algumas das nossas escolas não têm funcionado regularmente por falta de pessoas, que tendo algum preparo queiram assumir a sua direção mediante os parcos vencimentos que o Estado lhes oferece, comparadas com a carestia da vida, principalmente em algumas localidades; sendo, portanto, necessário que se faça um aumento razoável no ordenado dos professores primários, conforme vos indicarei na proposta da lei de orçamento (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1913, p. 01).

Neste sentido, grande parte dos professores tinham seus contratos assinados em precárias condições, visto que muitos precisavam se deslocar das suas cidades para darem aula em outro distrito. Esse cenário também perpetuava a ausência de concursos públicos municipais.

Dentre todos esses apontamentos descritos pelo Presidente de Estado Dom Aquino Corrêa, ele destaca como o principal problema, a ausência de fiscalização e de inspetores de ensino. Nesse período a escolha desses cargos era realizada pelos próprios governantes, que por sua vez acabavam colocando pessoas próximas a eles para assumirem. Porém, não podemos deixar de enfatizar que uma parte das pessoas escolhidas para ocuparem esses cargos muitas vezes não tinham formação ou habilidades específicas nessa área. Assim, quando realizavam as visitas em algumas escolas era comum, por exemplo, apenas solicitar ao professor responsável o quantitativo das matrículas e dos alunos frequentes.

Para tanto, Dom Aquino afirmou que para alcançar as suas pretensões de

melhorar as condições do ensino em Mato Grosso, seria necessário a elaboração de um novo Regulamento da Instrução Pública que atendesse as novas necessidades da população. No entanto, o novo regulamento só foi concretizado no ano de 1927.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a crise política em que o estado de Mato Grosso passou, cujo desfecho foi a decretação da intervenção federal ficou definido entre o presidente da República e os dois maiores partidos políticos locais, o Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG), dirigido por Pedro Celestino Correia da Costa, e o Partido Republicano Conservador (PRC), liderado pelo senador Antônio Azeredo, que o nome mais indicado para governar o estado era o de Dom Aquino Correia lançado como candidato único.

No pleito de novembro de 1917, Mato grosso passou a ter um bispo como presidente. Empossado em 1918, concluiu seu mandato no dia 22 de janeiro de 1922, quando transmitiu o governo a Pedro Celestino. Antes disso, em 1921, a Santa Sé o nomeou arcebispo de Cuiabá.

Paralelamente às atividades clericais e ao exercício do governo de Mato Grosso, Dom Aquino também atuou intensamente em instituições de caráter não religioso. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso em 1919 e do Centro Mato-Grossense de Letras em 1921. Além disso, na mesma década tomou posse na Academia Brasileira de Letras.

A sua gestão não foi construída sem oposição, porém, esta foi insuficiente para impedir a administração do estado a sua maneira. Administração que se encontra destacada na preocupação com a situação do ensino em Mato Grosso, mesmo em tempos de crise política. Por sua vez, compartilhou com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso suas angústias em relação a precariedade do ensino no estado.

Não se hesitou em apontar as fragilidades como, recursos escassos; grande extensão territorial; população dispersa; escassez dos meios de comunicação; falta de profissionais qualificados; salários ínfimos; ausência de concursos públicos municipais, e ausência de fiscalização.

Dom Aquino acreditava que o ensino em Mato Grosso teria que passar por uma nova reformulação, somente desta forma, para ele, podia haver melhorias. Embora em meio a algumas tentativas para minimizar as fragilidades apontadas, a situação crítica se estendeu por vários anos, sendo que a reformulação almejada pelo mesmo ocorreu somente em 1927, que também não representou mudanças significativas no quadro educacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laci Maria Araújo. Nas trilhas do ensino. Cuiabá: EdUFMT, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed., 3ª reimp. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2007.

CHARTIER, Roger. *História Cultural – Entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

BURKE, Peter. O que é História Cultural? Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008,

MATO GROSSO. Relatório de D. Francisco de Aquino Corrêa à Assembléia Legislativa de Mato Grosso. APMT – 1920.

_____. Mensagem dirigida a Assembleia Legislativa pelo 1º Vice- Presidente do Estado de Mato Grosso Coronel Pedro Celestino Correa da Costa. APMT – 1910 – Livro 48 – p. 7-9.

_____. Mensagem do 1º Vice- Presidente do Estado de Mato Grosso Coronel Pedro Celestino Correa da Costa à Assembléia Legislativa. APMT – 1911 – Livro nº 49.

_____. Mensagem dirigida pelo Ex.mo Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques, Presidente do Estado, à Assembléia Legislativa. APMT – 1913 – Livro 50, fl. 107-168.

_____. Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Sr. Joaquim A da Costa Marques à Assembléia Legislativa. APMT – 1914 – Livro 53 páginas 51-109.

_____. Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques à Assembléia Legislativa. APMT – 1915 – Livro impresso páginas 15 à 18.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-100-8

